

CAPÍTULO VI

EXPERIÊNCIAS DE UM GRUPO DE PESQUISA NA UFCG/SUMÉ: TEORIAS E PRÁTICAS SOBRE O ORÇAMENTO PÚBLICO E DEMOCRÁTICO

Luiz Antonio Coêlho da Silva

Coordenador do Grupo de Pesquisa em Orçamento e Participação do CDSA, que mantém parceria com PET, doutorando em Ciências Sociais

Allan Gustavo Freire da Silva

Gestor Público pelo CDSA-UFCG

Adriano Dário de Araújo

Graduando em Gestão Pública pelo CDSA-UFCG

Edson Francisco Alves Cavalcante

Gestor Público pelo CDSA-UFCG, ex-bolsista do PET-CDSA

Jacqueline Vieira Santos de Oliveira

Gestora Pública pelo CDSA-UFCG

Joseilma de Souza Silva

Gestora Pública pelo CDSA-UFCG, aluna ex-bolsista do PET-CDSA

Williams Martinho Soares de Sousa

Gestor Público pelo CDSA - UFCG, ex-bolsista do PET-CDSA

1. INTRODUÇÃO

O orçamento público é a principal ferramenta de trabalho de um gestor. Sendo assim, o gestor precisa se manter atualizado com relação às melhores formas de alocação das receitas e das despesas públicas.

De forma geral, este trabalho tratou da análise das teorias e práticas do orçamento público e democrático na atualidade brasileira, com ênfase na região do cariri paraibano e na paraíba. Portanto, o objetivo geral desta pesquisa foi analisar as teorias e práticas do orçamento público e democrático na atualidade brasileira, com ênfase na região do cariri paraibano. Como objetivos específicos, têm-se: contextualizar a importância do orçamento público na gestão pública brasileira; explorar, na literatura, conceitos, definições e abordagens sobre o orçamento público e democrático contemporâneos; e identificar novas práticas de implementação do orçamento público, com ênfase no orçamento democrático na região do cariri paraibano; e comparar modelos de orçamento público, em municípios do cariri, ou da Paraíba, ou mesmo do Brasil, como forma de construção democrática dos anseios da população em peças orçamentárias.

Esta pesquisa foi classificada como descritiva e exploratória, utilizando a pesquisa bibliográfica, a análise documental e a pesquisa de campo. Como técnicas de coleta de dados foram usados a observação, anotações no diário de campo dos pesquisadores, entrevistas semi-estruturadas e aplicação de questionários aos representantes da gestão pública na área do estudo. Quanto aos resultados esperados pretendeu-se contribuir para a iniciação à pesquisa de alunos do curso de Gestão Pública da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) com tema prático e fundamental para a formação acadêmica de um gestor público contemporâneo, com grande viés para a sustentabilidade, além de contribuição profissional e social aos gestores e demais profissionais da área pública, que passarão a cada vez mais discutir conceitos democráticos em seu cotidiano como gestor.

Este artigo se justifica pela contribuição para a eficiência da Gestão Pública da região do Cariri Paraibano, demonstrando teorias e práticas que têm dado certo em vários municípios onde formas alternativas de administração do orçamento têm disso implementadas para a uma administração pública eficaz, eficiente e efetiva, com retornos positivos para a população em geral.

Com o equilíbrio financeiro adquirido pelo município através da aplicação do orçamento democrático os seus habitantes provavelmente terão uma maior qualidade de vida, além de saberem as aplicações dos recursos públicos de forma transparente. Ou seja, aplicando bem o dinheiro e democratizando o

orçamento, que provêm originalmente de recursos arrecadados da própria população, se terá a transparência, legalidade e impessoalidade aplicados a gestão pública com sua devida importância social.

Outra contribuição deste trabalho será sempre à pesquisa de alunos do curso de Gestão Pública da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) com tema prático e fundamental para a formação acadêmica de um gestor público. A partir deste projeto foi efetivado a construção de artigo científico com os 06 (seis) alunos pesquisadores/colaboradores desta pesquisa, os quais ainda não detêm de experiência acadêmica nesta área com a análise e coordenação do professor e coordenador do projeto, mestre Luiz Antonio Coêlho da Silva. A seleção dos alunos voluntários foi feita através de entrevista com o professor/orientador da pesquisa em data posterior a aprovação do projeto na Unidade Acadêmica de Educação do Campo do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (CDSA), Campus Sumé/PB da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

Além destas justificativas, o presente projeto contribuiu com dados para as pesquisas que compõem o Núcleo de Estudos em Gestão Pública, Política e Cidadania, da Unidade Acadêmica de Educação no Campo, da UFCG, as quais estão voltadas para a formação de um gestor público contemporâneo, com princípios éticos e democráticos.

O grupo de pesquisa “Teorias e Práticas sobre o Orçamento Público e Democrático” que possui um ano de formação objetiva debater temas ligados a elaboração, execução e acompanhamento dos balanços públicos, e ainda, discutir práticas democráticas na elaboração das peças orçamentárias no Brasil, com ênfase nas experiências e práticas democráticas da região do cariri paraibano, onde eram feitas atas das reuniões passadas (divulgadas na íntegra neste artigo) e sua posterior análise pelos pesquisadores, com sua divulgação em grupo do facebook e em material impresso para consulta de qualquer acadêmico e estudioso do tema orçamento público e democrático, ou mesmo de temáticas ligadas a democracia, a contabilidade e a gestão pública.

A análise dos dados foi feita a partir de uma abordagem quali-quantitativa, considerando que a pesquisa foi projetada para analisar os orçamentos públicos e democráticos de experiências bem e/ou mal sucedidas nos municípios paraibanos, com ênfase no cariri paraibano, ou mesmo a nível de outros estados, como para descrever e interpretar dados e informações de maneira mais aprofundada, observando aspectos qualitativos dos mesmos. Os dados e informações sobre o orçamento público e democrático foram expostos e analisados em encontros semanais nas terças feiras, compreendendo o horário

de 13:30 a 16:30 minutos, com a análise técnica, analítica e crítica dos alunos voluntários do curso de gestão pública e do professor/orientador da pesquisa, na sala do Observatório de Políticas Públicas do Centro de Desenvolvimento Sustentável, Campus Sumé, na Paraíba.

Diante dessas considerações, são evidenciadas as seguintes problemáticas de estudo a seguir: Qual a importância da implantação do orçamento democrático na gestão pública brasileira, com ênfase na região do cariri paraibano e da paraíba? Quais as novas práticas, conceitos e experiências de implementação do orçamento público e democrático no Brasil e os debates acadêmicos com suas devidas análises através de atas pelo grupo de pesquisa do estudo?

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Na contemporaneidade, as teorias e práticas da gestão pública têm passado por constantes transformações, que torna a gestão mais eficiente, econômica e eficaz, e busca ainda a transparência das ações administrativas para a sociedade em geral como forma de prestação de contas.

Sendo assim, o final da década de 1970, especialmente no caso do Brasil, foi marcado pelo reafioramento dos debates a respeito das práticas democráticas implementadas na administração pública. As expressões populares, abafadas pela ditadura militar, ganham um novo fôlego, influenciando os emergentes movimentos sociais que contribuíram com o fim do regime autoritário da década de 1980 (SÁNCHEZ, 2002).

O orçamento público é tido como um instrumento de viabilização do planejamento governamental e realização das políticas públicas organizadas em programas e a alocação de recursos para as ações orçamentárias, atividades e operações especiais.

Têm-se que o orçamento público foi instituído por Lei na década de 1960, a qual estabelece normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle do orçamento dos estados e municípios e Distrito Federal, bem como de acordo com a Constituição Federal de 1988 que estabelece novas diretrizes para o orçamento público no Brasil.

Ao discutir sobre planejamento Marques (2005, p. 25), destaca que:

O orçamento é concebido porque as necessidades são ilimitadas e os recursos são escassos, o que leva a obrigação de compor todas as limitações existentes para executar aquilo que a cidade precisa. Os orçamentos, tanto os públicos quanto os pessoais devem levar em conta os recursos disponíveis e as necessidades. O

planejamento atua para orientar e disciplinar essas necessidades, para organizá-las ao longo do tempo.

Com isso, observa-se que o orçamento deve contemplar as necessidades mais urgentes da sociedade, priorizando áreas básicas, como a saúde e a educação, para que assim se tenha uma melhor qualidade de vida para todos.

De acordo com Rego (2009) o Orçamento Público, em sua forma tradicional representa um conjunto de decisões tomadas por uma minoria que possui o poder, de modo autoritário, sem considerar a opinião da população em geral. Nessa perspectiva, os Orçamentos Participativos consistem em uma abertura do aparelho de Estado à possibilidade de a população participar, falar, diretamente, das decisões a respeito dos objetivos dos investimentos, contribuindo significativamente no planejamento do Plano Plurianual (PPA), da Lei Orçamentária Anual (LOA) e da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que são as peças principais componentes do Orçamento Público de qualquer administração pública.

Mesmo o Brasil possuindo experiência no processo de centralização política, produzindo relações sociais autoritárias e clientelistas, e com pouca experiência nas práticas democráticas, observou-se uma evolução no final do século XX, nas palavras de Salles (2010), que fez do Brasil um dos países com maior número de práticas participativas e democráticas.

Portanto, neste contexto, surge uma nova proposta de orçamento, denominado de orçamento democrático que busca implantar um processo de discussão e definição de prioridades durante a elaboração do orçamento público.

Assim, o Orçamento Participativo (OP), mesmo não estando em pauta na Constituinte de 1988 é considerado uma alternativa para a crise da democracia representativa. Sendo, portanto, objeto de vários estudos pela academia e considerado uma das práticas promissoras difundidas entre a década de 1990 e a atualidade, sendo implantados em muitos municípios brasileiros, e até mesmo em estados brasileiros.

Neste sentido, surge a experiência democrática que é a democracia participativa. Segundo Sell (2006), pode-se entender a democracia representativa como um conjunto de experiências e mecanismos que tem procuram estimular a participação direta dos cidadãos na vida política por meio de canais de discussão e de decisões governamentais.

A Constituição brasileira de 1988 incorporou a construção de estruturas democráticas no aparato estatal como forma de potencializar a participação popular. Somada a isso, a reforma do

Estado, ocorrida em diversos países da América Latina, delineou a construção institucional da participação, associando-a à governabilidade e à eficiência administrativa. Da junção desses dois “movimentos” resultou um ideário participacionista e a institucionalização da participação que passaria a compor o processo de democratização em curso (KERBAUY e FALCHETTI, 2010, p.446).

É nesse contexto de mudanças e transformações que surge a proposta do Orçamento Participativo (OP), resultado das lutas populares por uma política administrativa que considerasse o cidadão não apenas como receptor, mas como ator das ações, adquire um caráter puramente propositivo.

Para Ananias (2005, p. 33):

O orçamento participativo se constitui em um antídoto contra a corrupção e o desperdício do dinheiro público. Com sua implantação as obras faraônicas, inacabadas para atender a interesses partidários, clientelísticos, mesquinhos, obras para pagar dívidas de campanha tendem ao desaparecimento. São realizadas as obras necessárias que melhor atendem aos interesses da coletividade. O orçamento participativo pode ser considerado também um antídoto contra a burocracia no sentido pejorativo da palavra. Significa, portanto, a criação e ampliação dos espaços democráticos, do controle social sobre o Estado.

Sabe-se que a essência de todo o mecanismo do orçamento participativo é a democratização do orçamento público, desde a sua criação, construção até a sua implementação, onde existe o envolvimento da sociedade civil no processo de planejamento dos gastos públicos, processo que anteriormente era visto como uma construção exclusiva dos gestores públicos e de técnicos de sua gestão vigente.

Vários estudiosos, entre eles Gohn (2001), compreendem o fundamental papel que exerce o âmbito local na efetivação das relações de participação popular. Os municípios são tidos como cenários privilegiados do exercício do poder local, sendo esta a possível explicação para o sucesso dos orçamentos participativos em esfera municipal onde são implantados.

Para Avritzer e Navarro (2001 apud SÁNCHEZ, 2002, p. 29), o processo de participação está baseado em três princípios, a saber:

Esses princípios são: (1) participação aberta a todos os cidadãos sem nenhum status especial atribuído a qualquer organização, in-

clusive as comunitárias; (2) combinação da democracia direta e representativa, cuja dinâmica institucional concede aos próprios participantes a definição das regras internas; e (3) alocação dos recursos para investimentos baseada na combinação de critérios gerais e técnicos, ou seja, compatibilidade entre as decisões e regras estabelecidas pela ação governamental, respeitando também os limites financeiros.

Assim, observa-se que a vontade da população deve ser respeitada, a qual possui em seu cerne a democracia em todas as decisões com o intuito de melhorar suas vidas através de políticas públicas adequadas.

Dizemos, então, que uma sociedade é democrática quando institui algo mais profundo, que é condição do próprio regime político, ou seja, quando institui direitos e que essa instituição é uma criação social, de tal maneira que a atividade democrática social realiza-se como luta social e, politicamente, como um contrapoder social que determina, dirige, controla, limita e modifica a ação estatal e o poder dos governantes (CHAUI. 2005.p.25).

Verifica-se que a democracia deve ser tida como uma construção social, onde as pessoas passam a ter voz e vez na maioria das decisões governamentais, priorizando sempre a questão dos recursos financeiros e as prioridades sociais.

Para Bobbio (1986, p. 36):

As democracias representativas que conhecemos são democracias na quais por representante entende-se uma pessoa que tem duas características bem estabelecidas: a) na medida em que goza da confiança do corpo eleitoral uma vez eleito não é mais responsável perante os próprios eleitores e seu mandato, portanto, não é revogável; b) não é responsável diretamente perante seus eleitores exatamente porque convocado a tutelar os interesses gerais da sociedade civil e não os interesses desta ou daquela categoria.

Quanto à democracia representativa entende-se pela conclamação de um candidato para representar os seus eleitores, os quais devem ser bem representados e priorizados em todas as suas decisões.

Quando se fala em experiências de orçamento democrático lembra-se sempre da experiência de João Pessoa que é mais uma experiência a somar-se a tanta outras em todo o Brasil, como novo espaço de construção de política pública, só que através da participação do povo, além da experiência de implantação pelo prefeito atual do orçamento participativo e democrático em Amparo

no cariri paraibano, que vem se consolidando com o tempo. Portanto, ao longo das duas últimas décadas iniciativas de participação popular foram surgindo e com elas a disseminação de outra forma de gerir os recursos públicos, de possibilitar a transparência na administração pública, bem como a possibilidade da construção de uma nova consciência política social.

A seguir seguem as atas na íntegra das reuniões do grupo de pesquisa “Teorias e Práticas sobre o Orçamento Público e Democrático” da Unidade Acadêmica de Educação do Campo do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, Campus Sumé/PB de 2013, primeiro ano do projeto de pesquisa (novamente aprovado pela unidade acadêmica para 2014), explanando as experiências inovadoras a respeito desta temática, onde são feitas análises e divulgadas atas. Vale salientar que nem todas as reuniões foram registradas em atas, e portanto, o projeto em vigor em 01 (um) ano gerou apenas algumas atas feitas pelos alunos voluntários e supervisionadas pelo coordenador do projeto.

Ata 01

PROJETO DE PESQUISA SOBRE ORÇAMENTO PÚBLICO E DEMOCRÁTICO

Coordenador: Prof. Msc. Luiz Coelho

Encontro: 09/04/2013 (Escritor da resenha Adriano Dário)

O grupo participante do Projeto de Pesquisa discutiu sobre as bases do Estado capitalista, onde se evidenciou características de Centralização, Estrutura Estatal e Hierarquia. Logo, essa centralização busca mesclar todo o aparato estatal em poucas instituições, concentrando o poder, que geralmente é exercido pelos representantes do capital. É criado um modelo complexo de estrutura estatal capaz de ludibriar as massas para que elas não interfiram no processo público. Por ser um estado liberal que visa à livre iniciativa, áreas como saneamento básico, coleta de lixo e outras que não são lucráveis ao capital ficam passíveis da atuação do Estado. Este investe recursos públicos no que não proporciona lucro aos empresários. Quanto às Políticas Públicas (PP), estas são mecanismos importantes na ação do Estado. Temos como exemplo de PP, o Programa Bolsa Família, que tem como finalidade primária sanar desigualdades sociais; no entanto, o objetivo oculto por traz dessa finalidade é que o Bolsa Família injeta 20,5 bilhões de reais na economia, aquecendo o comércio e proporcionando maior lucratividade aos empresários. O povo trabalha e consome num ciclo vicioso que os desviam de assuntos públicos e políticos. Neste sentido, fica clara a diferença do entendimento de Democracia pela ótica dos

governantes e pela ótica das massas. Isso reforça o conceito de Pseudo Participação Popular na elaboração de orçamentos públicos, onde não há efetivamente a decisão do povo, mas sim a legitimação das decisões das elites.

Equipe: Luiz, Edson, Joseilma, Jacqueline, Adriano, Williams e Allan.

Ata 02

PROJETO DE PESQUISA SOBRE ORÇAMENTO PÚBLICO E DEMOCRÁTICO

Coordenador: Prof. Msc. Luiz Coelho

Encontro: 26/03/2013 (Escritora da resenha Jacqueline Oliveira)

O grupo participante do Projeto de Pesquisa discutiu sobre a importância da Economia Solidária para Gestores Públicos, com ênfase na alienação democrática, onde diversos conceitos foram surgindo ao longo da discussão, a exemplo da estrutura atual da Democracia Brasileira, o que é Democracia, e o perfil de um líder Democrático na atualidade. Foi discutido a relevância da biblioteca do Ministério do Trabalho (www.mte.gov.br) para que livros sobre economia solidária fossem solicitados para termos oportunidade de estudar melhor o assunto, na busca de cada vez traçarmos um perfil de um Gestor Público de competência. Neste sentido, várias características foram evidenciadas, podendo-se destacar: saber ouvir, ser descentralizador, ser flexível, agir dentro da legalidade, promover a inclusão e a impessoalidade na tomada de decisões, ser um líder participativo, além de dar importância a accountability (transparência das informações públicas). Para as próximas reuniões o Grupo decidiu planejar a visita a cidade de Amparo (a convite do Prefeito da Cidade) para explanar sobre a contribuição que um orçamento democrático pode dar para a efetiva aplicação das políticas públicas voltadas as demandas sociais municipais, além de propiciar in loco o empoderamento desta ferramenta pelo povo. Diante disto, entramos em recesso acadêmico até junho do corrente ano.

Ata 03

PROJETO DE PESQUISA SOBRE ORÇAMENTO PÚBLICO E DEMOCRÁTICO

Coordenador: Prof. Msc. Luiz Coêlho

Encontro: 06/06/2013 (Escritora da resenha Joseilma Souza)

O grupo participante do Projeto de Pesquisa discutiu sobre ciência políti-

ca, fazendo uso de algumas definições de Weber sobre a referida temática. De acordo com Weber, a ciência política é representada por duas grandes áreas: a política e a ciência. Para Weber, não há como uma mesma pessoa ser cientista e político ao mesmo tempo, de forma que, ou se estuda ou se vive da política. No entanto, não basta atuar buscando realizar seus interesses, é necessário gostar do que se está fazendo; é preciso gostar dos jogos e das articulações que existem nas disputas políticas, sendo imprescindível ter a política como vocação. Porém, para se manter no poder não basta ter o conhecimento técnico da gestão, ou mesmo o poder político, se faz necessário a utilização de importantes instrumentos de articulação na busca pela aprovação de seus interesses, que vem acompanhada da ferramenta conhecida como a “malícia política”. Outra ferramenta utilizada pelos atores políticos é a dominação que possui três formas: a dominação racional-legal, a tradicional e a carismática (o político vocacionado), sendo a última a mais utilizada pelos gestores, uma vez que eles ganham certa idolatria por parte dos dominados, independente de como atuam ou das políticas públicas que realizam. Dessa forma, pode-se dizer que dominação carismática (líderes carismáticos atuais) fazem jus desse instrumento para alcançar objetivos pessoais, obtendo um caráter autoritário e dominador.

Ata 04

PROJETO DE PESQUISA SOBRE ORÇAMENTO PÚBLICO E DEMOCRÁTICO

Coordenador: Prof. Msc. Luiz Coêlho

Encontro: 14/06/2013 (Escritor da resenha Allan Gustavo)

O grupo de pesquisa sobre orçamento público realizou a leitura dos relatórios de suas reuniões ocorridas nos dias (26/05 e 07/06). Em seguida, a equipe enfatizou a história do capitalismo, a influência que os bens produtivos exercem na sociedade, além do atual comportamento social, pautado sobre um consumismo exacerbado. Todas essas questões foram elencadas, realizando uma correlação com o Programa Bolsa Família do Governo Federal, onde o real intuito de criação do projeto foi manter aquecido o mercado produtivo, devido a um processo de queda na venda dos produtos e da crise financeira que se iniciara no Brasil, acarretando prejuízos econômicos a vários empresários. A referida política pública não foca a erradicação da desigualdade social no país, constitui-se, sobretudo, como uma maneira bem disfarçada do Estado manter os crescentes lucros das empresas. A falsa ideia de minimização das desigualdades sociais esbarra na própria atuação do governo, onde, por exemplo, a

criação de escolas no país não é prioridade, diante dos novos estádios de futebol construídos para a Copa de 2014. Isto demonstra o desinteresse político para reduzir, de fato, as desigualdades sociais, que só acontecerá mediante o avanço educacional da população. O grupo de estudo, também debateu sobre a implantação do Orçamento Democrático em João Pessoa, mediante, a leitura de um trabalho acadêmico, e fez algumas deliberações sobre o evento democrático que acontecerá em Amparo - PB, reunindo autoridades políticas locais, a população e estudantes do curso de Gestão Pública da UFCG em torno do orçamento democrático implementado na cidade.

Ata 05

PROJETO DE PESQUISA SOBRE ORÇAMENTO PÚBLICO E DEMOCRÁTICO

Coordenador: Prof. Msc. Luiz Coêlho

Encontro: 21/06/2013 (Escritor da resenha Williams Martinho)

O grupo de Pesquisa em Orçamento Público e Democrático discutiu diretamente sobre os mecanismos de participação popular, bem como as ferramentas utilizadas pelo gestor público e o papel da sociedade, quanto à assiduidade e importância dos recursos públicos. Na ocasião, também foi posto em pauta, a realização do Orçamento Democrático na cidade de Amparo-PB, e a participação efetiva do grupo na discussão e apresentação à comunidade sobre os objetivos desse instrumento. Para tanto, o desafio no processo de comunicação torna-se ainda um paradoxo vivenciado pelas instituições públicas, na perspectiva de poder interagir, compreender e construir relações internas e externas para facilitar de forma efetiva a administração pública. O Poder Local, administrando democraticamente, concede espaço à população para participar das decisões do governo e, conseqüentemente, avaliar a política, suas escolhas, sua efetiva implementação, assim como fazer um levantamento das necessidades da comunidade, isto é, o encontro do povo com a gestão para propor ações que possam melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. A participação no Orçamento Democrático não se resume apenas aos moradores da região, mas se fortalece com entidades da sociedade civil, movimentos sociais, usuários dos serviços públicos e representantes de entidades públicas e privadas. Como principais objetivos, destacam-se o estímulo ao exercício da cidadania, o acompanhamento das obras, as ações e os serviços realizados pelo governo, como também fiscalizar de maneira transparente às práticas executadas pela gestão pública, para que assim as receitas do município sejam aplicadas de maneira

eficiente e alcancem as demandas sociais.

Ata 06

PROJETO DE PESQUISA SOBRE ORÇAMENTO PÚBLICO E DEMOCRÁTICO

Coordenador: Prof. Msc. Luiz Coêlho

Encontro: 05/07/2013 (Escritor da Resenha Edson Francisco Alves Cavalcante)

Na reunião realizada no dia 05 de Julho de 2013, no Observatório de Políticas Públicas do Semiárido do grupo de Estudo sobre Orçamento Público e Democrático da Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido foi revisto e avaliado a visita e a participação dos alunos de Tecnologia em Gestão Pública ao Orçamento Democrático realizado no Município de Amparo - Paraíba, e o seu funcionamento, com notável participação e contribuição da integrante Jacqueline Oliveira, que foi responsável pela explanação de conceitos iniciais e a importância do orçamento participativo para o controle social. Em Amparo foi apresentado pelo prefeito as metas estabelecidas pelas plenárias realizadas nas comunidades rurais do município à sociedade urbana e elaborada as metas para a zona urbana para o quadriênio de 2014 a 2017. Percebeu-se uma baixa participação da população amparense na formulação das políticas públicas a serem realizados no município durante as plenárias nas comunidades, sendo justificado pelo gestor do município por motivos logísticos, não havendo uma efetiva comunicação a sociedade. Na reunião também foram citados exemplos práticos de melhoria da aplicação do orçamento público pelo integrante do grupo de pesquisa Adriano Dário, de experiências, frutos de participação de outros orçamentos participativo acontecidos na região do cariri.

Ata 07

PROJETO DE PESQUISA SOBRE ORÇAMENTO PÚBLICO E DEMOCRÁTICO

Coordenador: Prof. Msc. Luiz Coêlho

Encontro: 19/07/2013 (Escritor da Resenha Adriano Dário de Araújo)

O grupo participante do Projeto de Pesquisa no intuito de viabilizar a troca de conhecimentos e experiências assistiu a um vídeo gravado pelo Professor Luiz numa visita à comunidade São Rafael em João Pessoa-PB. Nele po-

demos ver de fato como se estabeleceu a economia solidária naquela comunidade e a mudança que ela proporcionou as vidas de seus habitantes. Através de relatos dos entrevistados pelo professor podemos identificar a marginalização que o capitalismo gerou naquela comunidade, problemas como: violência, desemprego, desmotivação política, baixos índices de saúde e educação, além da exploração do trabalho irregular e informal. Tais mazelas sociais despertou um sentimento de união em todos aqueles que vivenciavam aquela realidade, contribuindo para a criação de uma associação comunitária, posteriormente com visitas técnicas do Banco Palmas e com auxílio da incubadora solidária da Universidade Federal da Paraíba implantaram na comunidade um modelo de economia que visava a produção e o consumo conscientes, só que de uma forma em que o capital gerado não converge para um empresário, mas para todos daquela comunidade em benefícios sociais. Para que fosse possível a realização desse trabalho a comunidade foi pacificada e isso possibilitou que mais serviços públicos fossem disponibilizados. Foram criados na comunidade: padaria comunitária, bazar comunitário e copa comunitária como formas de aumentar a produção e o consumo dentro da comunidade. Por fim, foi instituído o banco comunitário, onde cédulas de dinheiro foram impressas com um valor paralelo a moeda oficial, denominada de orquídea, que proporciona aos seus usuários descontos nos estabelecimentos locais.

Ata 08

PROJETO DE PESQUISA SOBRE ORÇAMENTO PÚBLICO E DEMOCRÁTICO

Coordenador: Prof. Msc. Luiz Coêlho

Encontro: 06/09/2013 (Escritor da resenha Allan Gustavo)

O grupo de pesquisa debateu como será a visita ao asilo de idosos do município de Sumé - PB, que ocorrerá juntamente com a turma da disciplina Gestão das Organizações do Terceiro Setor. Em seguida, a equipe recebeu a visita do professor da UFCG/CDSA, Alex Bruno Ferreira – mestre em administração - e teve a oportunidade de apresentá-lo aos trabalhos realizados pelo grupo, além dos temas trabalhados semanalmente em cada encontro. O professor visitante elogiou o trabalho e respondeu a várias indagações acerca das suas experiências profissionais, falou sobre a importância do orçamento participativo na viabilização de políticas públicas, conectando o tema a situação política do Estado da Paraíba e a fomentação da participação popular incentivada pela atual gestão estadual. No entanto, ressaltou que o orçamento democrático, muitas vezes, sofre

embates de grupos de interesses que se inserem nas massas para favorecer empresários. A equipe enveredou na discussão sobre o despreparo e a desestruturação que assola a administração pública direta e indireta, desaguardando em ações ineficientes em todas as camadas administrativas e chegando a alcançar até as instituições universitárias. Nesse sentido, no que compete, discutiu-se sobre a necessidade do orçamento participativo existir na universidade, tendo em vista que uma autarquia também utiliza recursos públicos. O grupo ainda discutiu sobre a incongruência que há na administração pública no que concerne a teoria e a prática em várias situações, preponderando, contudo, os interesses individuais em detrimento do interesse coletivo.

Ata 09

PROJETO DE PESQUISA SOBRE ORÇAMENTO PÚBLICO E DEMOCRÁTICO

Coordenador: Prof. Msc. Luiz Coêlho

Encontro: 13/09/2013 (Escritora da resenha Joseilma Souza)

O grupo de pesquisa sobre Orçamento Público e Democrático do CDSA/UFCEG iniciou o encontro no dia 13/09/2013 debatendo sobre a forma que será realizada a visita ao abrigo de idosos do município de Sumé – PB. A visita terá como objetivo ver na prática algumas teorias estudadas na sala de aula na disciplina de Gestão das Organizações do Terceiro Setor. Dando continuidade ao encontro o grupo debateu alguns artigos sobre controle social, em especial o controle social das comunicações, presente no livro de João Bernardo Toro “A construção do público: cidadania, democracia e participação”. O grupo de pesquisa discutiu ainda a importância da democratização dos meios de comunicação para a sociedade brasileira principalmente, no exercício do controle social, uma vez que mostra informações sobre os mais diversos temas, tornando cada vez menor o controle centralizado de algumas informações (comunicação social tratada por instâncias estatais ou mesmo por instituições políticas), isto é, torna possível a inserção de diálogos entre as ações dos governantes e a sociedade civil, fortalecendo o empoderamento da população a partir da exposição de informações aos cidadãos em um curto período de tempo, havendo assim, o fortalecimento deste importante mecanismo de controle social.

Ata 10

PROJETO DE PESQUISA SOBRE ORÇAMENTO PÚBLICO E DEMOCRÁTICO

Coordenador: Prof. Msc. Luiz Coêlho

Encontro: 12/11/2013 (Escritor da resenha Adriano Dário)

O grupo participante do Projeto de Pesquisa, como forma de devolver a sociedade o conhecimento circulado na academia e prestar um serviço social estabeleceu que o mesmo visitará as turmas do ensino médio da Escola Estadual Professor José Gonçalves de Queiroz em Sumé-PB, para apresentar os mecanismos de controle social, enfatizando como os jovens podem começar a exercer sua cidadania através deste instrumento que possibilita interação social, e quais benefícios a sociedade pode ganhar com a participação desses jovens no processo demandador de políticas públicas. O professor Luiz começou a explicar os conceitos do controle social, definindo que os alunos que assistirão a palestra deverão saber que o Controle Social se viabiliza através da participação do povo no Planejar das Ações do Governo, pois, é o povo que sofre as mazelas da sociedade e ninguém melhor do que aqueles que tem o conhecimento da realidade local para propor melhorias; foi destacado também que é importante exercer o acompanhamento das atividades da Gestão Pública, pois serve para coibir práticas de corrupção, pois a máquina pública é constantemente acompanhada por um público consciente, e por fim verificar como está acontecendo a execução das políticas públicas que foram sugeridas pelo próprio povo. Em suma, a proposta da palestra é provocar um despertar para a cidadania nesses jovens que integram a nossa sociedade, possibilitando o consolidar das instituições democráticas, além de viabilizar a eficiência na gestão pública, como forma de atender o que realmente é necessário para a população.

Ata 11

PROJETO DE PESQUISA SOBRE ORÇAMENTO PÚBLICO E DEMOCRÁTICO

Coordenador: Prof. Msc. Luiz Coêlho

Encontro: 03/12/2013 (Escritor da resenha Williams Martinho)

O grupo de pesquisa sobre Orçamento Público e Democrático como resultado dos encontros semanais discutiu a finalização do 1º de ciclo de debates do projeto, que terá como resultado final um artigo científico que abordará as experiências nas discussões e contextualização sobre os mecanismos institucionais e constitucionais para a eficácia no processo de implementação do Orçamento Democrático. Neste contexto, o artigo também será fundamentado

nas características do orçamento democrático e tradicional, o funcionamento do Orçamento Público contemporâneo em uma visão global, no Brasil e na Paraíba. Seguindo a mesma linha de pensamento foi discutido a importância do Orçamento como um documento mais bem elaborado em termos financeiros, e representa às finanças públicas, cujo objetivo se submete à atividades fiscais; tendo como exemplo plausível o município de Cabedelo – PB, como um dos maiores arrecadadores da Paraíba. Na discussão, foram postos os princípios orçamentários como ferramenta essencial na gestão pública, dentre os quais estão: 1 – Princípio da Universalidade, trazendo em peça única à previsão de todas as receitas; 2 – Princípio da Exclusividade, sendo proibido incluir dispositivo na lei orçamentária que inclua matéria divergente do seu objetivo; 3 – Princípio da Unidade, em uma única legislação devem ser previstas as receitas e gastos dos três poderes da União; 4 – Princípio do equilíbrio, onde os gastos são condicionados à arrecadação; 5 – Publicidade, todas as matérias e gastos da administração pública deverão ser publicados. Na ocasião, tivemos a presença do aluno do 6º período de Gestão Pública, Ramilson Glaydson, que observou as discussões do grupo.

Ata 12

PROJETO DE PESQUISA SOBRE ORÇAMENTO PÚBLICO E DEMOCRÁTICO

Coordenador: Prof. Msc. Luiz Coêlho

Encontro: 19/11/2013 (Escritor da resenha Allan Gustavo)

O grupo de pesquisa elaborou conjuntamente com todos os seus componentes, a apresentação em slides, salientando o papel do orçamento democrático participativo na sociedade, os quais serão expostos na Escola Mirim de Gestão Pública, atividade organizada pelo Programa de Educação Tutorial - PET. Em seguida, o professor Luiz Coêlho demonstrou um modelo de apresentação sobre o tema plano de negócios, a fim de que sejam ampliados os conhecimentos da equipe na área da Gestão Pública e sua relação com o tema empreendedorismo e desenvolvimento da economia local. O professor Luiz presenteou a “Account” - Empresa Júnior do curso superior de tecnologia em gestão pública - com uma coleção de livros sobre a política nacional de economia solidária. A equipe após examinar o material, compartilhou com seus integrantes sobre a importância desse mecanismo de desenvolvimento social para o estabelecimento da valorização do ser humano e a promoção de um ambiente justo e sustentável. O docente ainda enfatizou sobre os desafios da pesquisa

científica, suas experiências acadêmicas no doutorado e destacou a importância do controle e fiscalização das instituições para a viabilização da economia solidária. O grupo de estudo também assistiu vídeos referentes à educação financeira pessoal e debateu a respeito do assunto, correlacionando a questão da necessidade de se ter equilíbrio econômico familiar com os impactos que nossas ações causam na economia local, nacional e no desenvolvimento social.

Sendo assim, estas atas compõem as discussões e análises do grupo de orçamento público, afirmando que as práticas democráticas devem ser empoderadas pelo povo.

3. CONSIDERAÇÕES

As práticas democráticas no Brasil têm feito suscitar novos conceitos de democracia, de cidadania e de inclusão social antes esquecidos pelo sistema capitalista. Sendo assim, experiências como o orçamento democrático, faz nascer a esperança de um futuro melhor para as próximas gerações, com eficiência e eficácia da gestão pública.

Sendo assim, analisar teorias e práticas do orçamento público e democrático na atualidade brasileira, com ênfase na Paraíba e na região do cariri paraibano fez-se notar as necessidades da população que anseia por melhorias sociais, econômicas, educacionais e ambientais urgentes.

Portanto, debateu-se no grupo de pesquisa “Teorias e Práticas sobre o Orçamento Público e Democrático”, formado por acadêmicos do curso de tecnologia superior em gestão pública da Universidade Federal de Campina Grande, Campus Sumé/PB, explanando-se as experiências inovadoras a respeito desta temática, unindo teoria e prática, e fazendo-se análises desencadeando nas atas das reuniões, que resumiam todas as experiências, debates e conversas do grupo; e com isso concluiu-se que é de suma importância o controle social, que deve haver a democratização do orçamento público na gestão pública de todos os municípios brasileiros, para que assim se tenha mais eficiência com os recursos públicos disponíveis, alocando-os na demanda social correta.

Vale ressaltar, que os recursos escassos do orçamento devem ser bem administrados pelos gestores públicos atuais, que devem ser profissionais da gestão pública com apoio técnico qualificado, além de terem sob sua administração políticas públicas de grande importância e cunho social, apoiando a accountability e o empoderamento do orçamento pelo povo, que

torna a importância do controle social fundamental para o crescimento das cidades e de um Estado que represente sobremaneira a sua população.

Todavia, a fiscalização do controle interno, externo e social deve fazer parte de qualquer gestão pública, considerando sempre a necessidade de primar pelos princípios orçamentários que devem fazer parte da cartilha diária do gestor preocupado em tornar a sua população receptora de benefícios sociais e econômicos para que assim tenham um verdadeiro desenvolvimento sustentável.

Com isso, verifica-se que a solução para a democratização do orçamento é fazer com que o povo tome para si esta ferramenta importante para a eficiência dos serviços públicos que devem primar pela qualidade em todos os seus âmbitos.

REFERÊNCIAS

ANGÉLICO, João. Contabilidade pública. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

AVRITZER, Leonardo. O Orçamento participativo e a teoria democrática: um balanço crítico. 2003. Disponível em: <onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1468-2427.2006.00692.x/full>.

AZEVEDO, Sergio de. NABUCO, Ana Luiza (Orgs.) Democracia participativa: a experiência de Belo Horizonte. Belo Horizonte: Leitura, 2008.

BEZERRA FILHO, João Eudes. Orçamento aplicado ao setor público: abordagem simples e objetiva. São Paulo: Atlas, 2012.

BOBBIO, Noberto. O futuro da democracia. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1986.

BRASIL. Rede Brasileira de Orçamento Participativo. Disponível em: <www.redebrasileiraop.com.br>. Acesso em: 15/12/2011.

CASTRO, Domingos Poubel de. Auditoria, contabilidade e controle interno no setor público. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

CHAUÍ, Marilena. Contribuições sobre à Democracia e os obstáculos a sua contribuição, In,

DENHARDT, Robert B. Teorias da administração pública. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

DRUCKER, Peter F. 50 casos reais de administração. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

GOHN, Maria da Glória. Conselhos gestores e participação sociopolítica. São Paulo, Cortez, 2001. p. 13-45.

GONÇALVES, Andréa de Oliveira; BILHIM, João Abreu de Faria. Casos de ensino em administração pública Brasil – Portugal. São Paulo: Atlas, 2012.

GOULART, Jefferson O. Orçamento participativo e gestão democrática no poder local. 2006. Lua Nova. São Paulo. 2006.

JOAO PESSOA (cidade). Decreto-lei nº. 11.903, de 29 de março de 2010. Portal do Orçamento Democrático. Disponível em: < www.od.joaopessoa.pb.gov.br/ >. Acesso em: 20 nov. 2011.

KERBAUY. Maria Teresa Miceli e FALCHETTI. Cristhiane Aparecida. A participação na política de assistência social In, ESTUD. SOCIOL., ARAR-AQUARA, V.15, N.29, P.445-468, 2010.

LEAL, Suely. Fetiche da participação popular: novas práticas de planejamento, gestão e governança democrática no Recife. Recife. Ed. do Autor. 2003.

LIMA, Diana Vaz de; CASTRO, Róbison Gonçalves de. Fundamentos da auditoria governamental e empresarial. São Paulo: Atlas, 2003.

LIMA, Luiz Henrique. Controle externo. 4.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

MACHADO, Nelson; HOLANDA, Victor Branco de; RIBEIRO FILHO, José Francisco; et al. Gestão baseada em resultados no setor público. São Paulo: Atlas, 2012.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia Científica. 5ª ed. revista e ampliada. São Paulo: Atlas, 2010.

MARQUES, Aluísio Eustáquio de Freitas. In: FERNANDES, Rodrigo Barroso. AZEVEDO, Sergio. (Orgs) Orçamento Participativo, Construindo a democracia. Rio de Janeiro, Revam, 2005.

PALUDO, Augustinho Vivente. Planejamento governamental: referencial teórico, conceitual e prático. São Paulo: Atlas, 2011.

PREFEITURA de João Pessoa/PB. Orçamento Democrático. João Pessoa: [s.n], 2005.

_____. Regimento Geral do Orçamento Democrático. João Pessoa: [s.n], 2011.

REGO, Marilene Gomes de Sousa. A influência da implantação do Orçamento Participativo na Cultura Política dos habitantes da cidade de João Pessoa-PB. 2009. Dissertação de Mestrado (Pós-graduação em Administração) – Programa de Pós-graduação em Administração, Universidade Federal da Paraíba.

SÁ, A. Lopes de; SÀ, A. M. Lopes de. Dicionário de contabilidade. 9. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

SALLES, Helena da Motta. Gestão democrática e participativa. Especialização em Gestão Pública Municipal. Editora Universitária. João Pessoa. 2010.

SÁNCHEZ, Félix. Orçamento Participativo: teoria e prática. São Paulo: Cortez, Coleção Questões da Nossa época; v. 97, 2002.

SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos. Democracia, desigualdades e governança local: dilemas da reforma municipal no Brasil. 2002. Cadernos metrópole. nº.8.

SELL, Carlos Eduardo. Introdução à Sociologia Política: política e sociedade na modernidade tardia. Petrópolis RJ. Vozes, 2006.

SILVA, Valmir Leôncio da. A nova contabilidade aplicada ao setor público: uma abordagem prática. São Paulo: Atlas, 2012.

TEIXEIRA, ANA CLAUDIA.(Org.). Os Sentidos da Democracia e da participação. São Paulo: Instituto, Pólis, 2005.

TORO, João Bernardo. A Construção do Público: Cidadania, Democracia E Participação. Coleção: Serie. Desafios Hoje; Ano Edição: 2005.



Figuras: grupo de orçamento democrático em evento em Amparo/PB, visita técnica TCE e palestra com diretor do CDSA e reuniões semanais. Fonte: fotografias obtidas pelos pesquisadores (2013).